

	<b>Colégio Estadual Dr. Eduardo Bahiana</b>
	<b>Data:</b> ____/____/____ <b>Turma:</b> ____
	<b>Aluno:</b> _____
	<b>Professor: Manuel Antonio</b>
	<b>Disciplina: Filosofia</b>

### 9ª LISTA DE FILOSOFIA 3º Ano-2020

1. (Enem (Libras) 2017) O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento das suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções, que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

Na perspectiva de Michel Foucault, o processo mencionado resulta em

- declínio cultural.
- segregação racial.
- redução da hierarquia.
- totalitarismo dos governos.
- modelagem dos indivíduos.

2. (Uem 2018-adaptada) “Enfim, é preciso dizer que não se podem conceber essas relações de poder como uma espécie de dominação brutal com a forma: ‘Faça isso ou eu te mato!’. Não são situações extremas de poder. De fato, as relações de poder são relações de força, de enfrentamentos, então, sempre são reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável. Tem-se dito muito (os críticos me acusam disso) que, para mim, ao por o poder em toda parte, eu exclua toda possibilidade de resistência. Mas é o contrário!”

(FOUCAULT, M. Poder e Saber. In: MARÇAL, J. *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: Seed, 2009, p. 240-241).

A partir do texto citado, assinale o que for **correto**.

- Como as relações de força são reversíveis, não há um polo dominador e um dominado.
- Para o filósofo, a violência é constituinte das relações de poder.
- Relações de poder não significam necessariamente que o dominado jamais poderia reverter sua relação de dominação.
- Para Foucault, as relações de poder perpassam as interações humanas, à exceção das relações afetivas.
- Relações de poder são relações de força, sempre denso e encorpado, que podem se inverter conforme a resistência aplicada pelo dominado em face do dominador.

3. (Uema 2015) Gilberto Cotrim (2006. p. 212), ao tratar da pós-modernidade, comenta as ideias de Michel Foucault, nas quais “[...] as sociedades modernas apresentam uma nova organização do poder que se desenvolveu a partir do século XVIII. Nessa nova organização, o poder não se concentra apenas no setor político e nas suas formas de repressão, pois está disseminado pelos vários âmbitos da vida social [...] [e] o poder fragmentou-se em micropoderes e tornou-se muito mais eficaz. Assim, em vez de se deter apenas no macropoder concentrado no Estado, [os] micropoderes se espalham pelas mais diversas instituições da vida social. Isto é, os poderes exercidos por uma rede

imensa de pessoas, por exemplo: os pais, os porteiros, os enfermeiros, os professores, as secretarias, os guardas, os fiscais etc.”

Fonte: COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da Filosofia*: história e grandes temas. São Paulo: Saraiva, 2006. (adaptado)

Pelo exposto por Gilberto Cotrim sobre as ideias de Foucault, a principal função dos micropoderes no corpo social é interiorizar e fazer cumprir

- o ideal de igualdade entre os homens.
- o total direito político de acordo com as etnias.
- as normas estabelecidas pela disciplina social.
- a repressão exercida pelos menos instruídos.
- o ideal de liberdade individual.

4. (Enem 2019) Penso que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, que podemos encontrar no meio cultural.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

O texto aponta que a subjetivação se efetiva numa dimensão

- legal, pautada em preceitos jurídicos.
- racional, baseada em pressupostos lógicos.
- contingencial, processada em interações sociais.
- transcendental, efetivada em princípios religiosos.
- essencial, fundamentada em parâmetros substancialistas.

5. (Interbits 2013) Giorgio Agamben, filósofo italiano, observa que hoje os cidadãos são continuamente controlados e consideram isso normal. Ele defende a ideia de que o paradigma político do Ocidente não é mais a cidade, mas o campo de concentração. Vistas por essa ótica, as práticas de exceção contemporâneas, engendradas por um Estado policial protetor, fazem da política do terror e da insegurança o princípio gestor, estimulando, cada vez mais, a privatização dos espaços e o confinamento no interior deles.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o ensino médio*. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 113. Adaptado.

Segundo o filósofo Michel Foucault, esse modelo de vigilância apresentado por Agamben pode ser enquadrado como:

- Coletivo.
- Panóptico.
- Regular.
- Informal.
- Dissimulado.

6. (Unesp 2012) *Regulamentação publicada nesta segunda-feira, no Diário Oficial do Município do Rio, determina que as crianças e adolescentes apreendidos nas chamadas crackolândias fiquem internados para tratamento médico, mesmo contra a vontade deles ou dos familiares. Os jovens, segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social (Smas), só receberão alta quando estiverem livres do vício. A “internação compulsória” vale somente para aqueles que, na avaliação de um especialista, estiverem com dependência química. Ainda de acordo com a resolução, todas as crianças e adolescentes que forem acolhidos à noite, “independente de estarem ou não sob a influência do uso de drogas”, não poderão sair do abrigo até o dia seguinte.*

(www.estadao.com.br, 30.05.2012. Adaptado.)

As justificativas apresentadas neste texto para legitimar a “internação compulsória” de usuários de drogas são norteadas por:

- a) princípios filosóficos baseados no livre-arbítrio e na autonomia individual.
- b) valores de natureza religiosa fundamentados na preservação da vida.
- c) valores éticos associados ao direito absoluto à liberdade da pessoa humana.
- d) realização prévia de consultas públicas sobre a internação obrigatória.
- e) critérios médicos relacionados à distinção entre saúde e patologia.

7. (Enem 2014) Uma norma só deve pretender validade quando todos os que possam ser concernidos por ela cheguem (ou possam chegar), enquanto participantes de um discurso prático, a um acordo quanto à validade dessa norma.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Segundo Habermas, a validade de uma norma deve ser estabelecida pelo(a)

- a) liberdade humana, que consagra a vontade.
- b) razão comunicativa, que requer um consenso.
- c) conhecimento filosófico, que expressa a verdade.
- d) técnica científica, que aumenta o poder do homem.
- e) poder político, que se concentra no sistema partidário.

8. (Enem PPL 2015) Na sociedade democrática, as opiniões de cada um não são fortalezas ou castelos para que neles nos encerremos como forma de autoafirmação pessoal. Não só temos de ser capazes de exercer a razão em nossas argumentações, como também devemos desenvolver a capacidade de ser convencidos pelas melhores razões. A partir dessa perspectiva, a verdade buscada é sempre um *resultado*, não ponto de partida: e essa busca inclui a conversação entre iguais, a polêmica, o debate, a controvérsia.

SAVATER, F. *As perguntas da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (adaptado).

A ideia de democracia presente no texto, baseada na concepção de Habermas acerca do discurso, defende que a verdade é um(a)

- a) alvo objetivo alcançável por cada pessoa, como agente racional autônomo.
- b) critério acima dos homens, de acordo com o qual podemos julgar quais opiniões são as melhores.
- c) construção da atividade racional de comunicação entre os indivíduos, cujo resultado é um consenso.
- d) produto da razão, que todo indivíduo traz latente educativo.
- e) resultado que se encontra mais desenvolvido nos espíritos elevados, a quem cabe a tarefa de convencer os outros.

9. (Enem 2017) O conceito de democracia, no pensamento de Habermas, é construído a partir de uma dimensão procedimental, calcada no discurso e na deliberação. A legitimidade democrática exige que o processo de tomada de decisões políticas ocorra a partir de uma ampla discussão pública, para somente então decidir. Assim, o caráter deliberativo corresponde a um processo coletivo de ponderação e análise, permeado pelo discurso, que antecede a decisão.

VITALE, D. Jürgen Habermas, modernidade e democracia deliberativa. *Cadernos do CRH (UFBA)*, v. 19, 2006 (adaptado).

O conceito de democracia proposto por Jürgen Habermas pode favorecer processos de inclusão social. De acordo com o texto, é uma condição para que isso aconteça o(a)

- a) participação direta periódica do cidadão.
- b) debate livre e racional entre cidadãos e Estado.
- c) interlocução entre os poderes governamentais.
- d) eleição de lideranças políticas com mandatos temporários.
- e) controle do poder político por cidadãos mais esclarecidos.

10. (Enem 2ª aplicação 2010) No século XX, o transporte rodoviário e a aviação civil aceleraram o intercâmbio de pessoas e mercadorias, fazendo com que as distâncias e a percepção subjetiva das mesmas se reduzissem constantemente. É possível apontar uma tendência de universalização em vários campos, por exemplo, na globalização da economia, no armamentismo nuclear, na manipulação genética, entre outros.

HABERMAS, J. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001 (adaptado).

Os impactos e efeitos dessa universalização, conforme descritos no texto, podem ser analisados do ponto de vista moral, o que leva à defesa da criação de normas universais que estejam de acordo com

- a) os valores culturais praticados pelos diferentes povos em suas tradições e costumes locais.
- b) os pactos assinados pelos grandes líderes políticos, os quais dispõem de condições para tomar decisões.
- c) os sentimentos de respeito e fé no cumprimento de valores religiosos relativos à justiça divina.
- d) os sistemas políticos e seus processos consensuais e democráticos de formação de normas gerais.
- e) os imperativos técnico-científicos, que determinam com exatidão o grau de justiça das normas.

11. (Enem 2012) Na regulamentação de matérias culturalmente delicadas, como, por exemplo, a linguagem oficial, os currículos da educação pública, o *status* das Igrejas e das comunidades religiosas, as normas do direito penal (por exemplo, quanto ao aborto), mas também em assuntos menos chamativos, como, por exemplo, a posição da família e dos consórcios semelhantes ao matrimônio, a aceitação de normas de segurança ou a delimitação das esferas pública e privada — em tudo isso reflete-se amiúde apenas o autoentendimento ético-político de uma cultura majoritária, dominante por motivos históricos. Por causa de tais regras, implicitamente repressivas, mesmo dentro de uma comunidade republicana que garanta formalmente a igualdade de direitos para todos, pode eclodir um conflito cultural movido pelas minorias desprezadas contra a cultura da maioria.

HABERMAS, J. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.

A reivindicação dos direitos culturais das minorias, como exposto por Habermas, encontra amparo nas democracias contemporâneas, na medida em que se alcança

- a) a secessão, pela qual a minoria discriminada obteria a igualdade de direitos na condição da sua concentração espacial, num tipo de independência nacional.
- b) a reunificação da sociedade que se encontra fragmentada em grupos de diferentes comunidades étnicas, confissões religiosas e formas de vida, em torno da coesão de uma cultura política nacional.
- c) a coexistência das diferenças, considerando a possibilidade de os discursos de autoentendimento se submeterem ao debate público, cientes de que estarão vinculados à coerção do melhor argumento.
- d) a autonomia dos indivíduos que, ao chegarem à vida adulta, tenham condições de se libertar das tradições de suas origens em nome da harmonia da política nacional.
- e) o desaparecimento de quaisquer limitações, tais como linguagem política ou distintas convenções de comportamento, para compor a arena política a ser compartilhada.